

ELEIÇÕES

Com o desenvolvimento de ferramentas que permitem a interação personalizada com o eleitorado, especialistas alertam para riscos da utilização de deepfakes

Uso da inteligência artificial vira desafio

» INGRID SOARES
» MARINA DANTAS*

Com a presença cada vez maior no cenário político, o uso da inteligência artificial (IA) nos processos eleitorais tem se tornado fator determinante da escolha do candidato tanto na política nacional quanto internacional. A eleição argentina que culminou com a vitória de Javier Milei foi a primeira de muitas disputas que terão influências diretas da inteligência artificial no processo eleitoral. No Brasil, as eleições municipais de 2024 também estarão mais marcadas pela presença da tecnologia com a evolução contínua da IA, com interações cada vez mais personalizadas com os eleitores. Serão mais de 150 milhões de eleitores espalhados pelos 5,5 mil municípios do país em que serão disputados os cargos.

No Brasil, as eleições de 2022 ficaram marcadas pelo grande volume de notícias falsas disseminadas pelas campanhas políticas e pela sociedade. A utilização da inteligência artificial nas campanhas eleitorais trouxe um novo panorama ao cenário político, oferecendo ferramentas poderosas para compreender eleitores, direcionar estratégias e disseminar informações. No entanto, esse avanço também trouxe desafios significativos, especialmente no que diz respeito à disseminação de desinformação, onde algoritmos podem ser programados para disseminar conteúdos enganosos, manipulando a percepção pública e afetando a legitimidade do processo eleitoral, reforça Giuseppe Janino, gestor em Tecnologia da Informação, coautor do Projeto da Urna Eletrônica Brasileira, consultor em Eleições Digitais e Identificação Biométrica.

Ele aponta que os benefícios da IA são evidentes, permitindo uma análise minuciosa de dados, identificando padrões de comportamento dos eleitores e suas preferências, possibilitando a personalização de mensagens e campanhas, atingindo grupos específicos de maneira mais eficaz. Além disso, a IA é capaz de otimizar estratégias de comunicação, direcionando recursos de maneira mais eficiente para alcançar o eleitorado.

No entanto, uma das preocupações é sobre o uso das deepfakes. "Essa técnica usa a inteligência artificial para criar vídeos, áudios ou imagens falsos, nos quais rostos e vozes são sinteticamente manipulados para parecerem autênticos, muitas vezes, confundindo-se com conteúdos reais. As deepfakes podem ser empregadas para difundir informações falsas, comprometer reputações e disseminar desinformação em grande escala, minando a confiança nas fontes de informação", alerta Janino.

Ele observa que o impacto das deepfakes no contexto político é particularmente preocupante, pois podem ser usadas para criar discursos falsos de candidatos, gerar vídeos de eventos inexistentes ou até mesmo distorcer declarações de figuras públicas. Para

Freepik



As resoluções do TSE das eleições de 2024, com regras para uso da tecnologia, ainda não foram votadas

combater esse crime, ele defende o investimento em tecnologias de detecção, além da educação e conscientização dos eleitores para a existência dessas ferramentas e o não compartilhamento de fake news. "Controlar a disseminação desse instrumento tecnológico da desinformação, é um desafio complexo. Caberá à Justiça Eleitoral, cada vez mais, investir na implementação de tecnologias de detecção e identificação de deepfakes, atualizar as instruções sobre a prática criminosa, juntamente com educação e conscientização dos eleitores sobre a existência desses potenciais conteúdos manipulados", afirma.

As resoluções da Justiça Eleitoral que orientarão especificamente as eleições de 2024 ainda não foram aprovadas, mas, além da atualização das normativas, o desafio será por maior investimento em tecnologias de detecção, educação e conscientização dos eleitores para a existência dessas ferramentas em meio a deepfakes que podem ser usadas para criar discursos falsos de candidatos, gerar vídeos de eventos inexistentes ou até mesmo distorcer declarações de figuras públicas. As redes sociais também exercem papel fundamental no cenário.

No país vizinho, o uso de manipulação de voz e vídeo pelo então candidato Sergio Massa (Unión por la Patria) contra Milei (La Libertad Avanza) abriu um caminho que pode não mais ser fechado no âmbito tecnológico: o uso da inteligência artificial e deepfakes na política global. A arma utilizada foi a manipulação da voz de Milei em um vídeo de soldados argentinos em que o candidato apoia a liderança da ex-premiê britânica Margaret Thatcher. Grupos de direita e integrantes do partido de Milei também compartilharam vídeos falsos onde Sérgio Massa apareceu usando cocaína, o que precisou ser desmentido pela campanha do peronista.

Para evitar possíveis ameaças de fraudes e desinformação relacionadas à inteligência artificial, é crucial implementar medidas de segurança robustas, defende

digitais e redes sociais e ressaltou a importância da atuação conjunta para o combate à desinformação. Participaram da reunião representantes das plataformas digitais Tik Tok, Twitter, Meta (WhatsApp, Facebook e Instagram), Telegram, YouTube, Google e Kwai.

Moraes tem defendido a importância de as empresas atuarem no sentido de prevenir e



Controlar a disseminação desse instrumento tecnológico da desinformação, é um desafio complexo. Caberá à Justiça Eleitoral, cada vez mais, investir na implementação de tecnologias de detecção e identificação de deepfakes"

Giuseppe Janino, coautor do Projeto da Urna Eletrônica Brasileira

Eduardo Cardoso Moraes, doutor em engenharia mecânica, mestre em computação e MBA em Gestão Estratégica. "É importante investir em tecnologias de segurança como criptografia, auditorias independentes e sistemas de verificação de identidade. Além disso, a transparência nos algoritmos utilizados e a educação pública sobre os riscos são fundamentais para mitigar o impacto da inteligência artificial nessas áreas", diz.

Contexto

A disseminação em massa de conteúdos modificados pelas plataformas que utilizam deepfakes influenciam diretamente o contexto social em que as fake news já estão implantadas. Barbara Krysttal, gestora de Políticas Públicas (USP) em Controle e Defesa Nacional e analista de Inteligência Antiterrorismo, comenta que o uso das

inteligências artificiais se torna um risco para o aumento de notícias falsas. "Quando pegamos as IAs para modular o comportamento social, elas se tornam uma forma de pulverizar as notícias falsas", comenta.

Além da disseminação em massa de fake news, a inteligência artificial também age nas plataformas digitais em direção à conquista de votos. O professor, advogado e mestre em Gestão de Riscos e Inteligência Artificial da Universidade de Brasília (UnB) Frank Ned Santa Cruz de Oliveira explica que a IA trabalha basicamente com a coleta e geração de modelos digitais. "A IA também faz inferência, que é um modelo de 'previsão' do futuro."

O especialista explica que, a partir do momento em que o eleitor compartilha fatos pessoais, escolhas e opiniões nas redes sociais, a inteligência artificial capta essas mensagens, que viram conteúdo na máquina. "Assim, pelas informações coletadas, os algoritmos conseguem fazer uma inferência, uma previsão de qual é a orientação partidária dos usuários."

Marcelo Vitorino, consultor de marketing político, destaca que já existe na lei eleitoral a proibição de montagens e trucagens, com uso de computação, para televisão e destacou que o TSE equiparou internet à rádio e televisão no processo de cassação do ex-deputado federal Fernando Francischini. "É muito provável que o entendimento que vale já para os programas veiculados pela televisão se equiparem ao que se comunica na internet. A IA pode ser utilizada de forma muito positiva, para gerar economia no desenvolvimento de imagens de apoio, de cenários, e para ajustar fotos e vídeos", avalia.

Por outro lado, a Meta, empresa dona do Facebook, WhatsApp e Instagram avisou no começo do mês que exigirá, a partir de 2024, que anúncios sobre política e eleições tenham alertas se foram feitos com o uso de inteligência artificial.

* Estagiária sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Sem resoluções da Justiça Eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) afirmou que ainda não foram aprovadas as resoluções da Justiça Eleitoral que orientarão especificamente as eleições de 2024 e que, segundo a legislação, as mesmas podem ser apreciadas até 5 de março.

No começo do ano, o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, se reuniu com representantes de plataformas

coibir, na internet, a disseminação de discursos de ódio, a incitação à violência e os atentados contra a democracia e contra as instituições.

O Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação do TSE conta atualmente com mais de 150 parceiros, como redes sociais e plataformas digitais, instituições públicas e privadas, entidades profissionais, entre

outras entidades. Os parceiros dividem com a Justiça Eleitoral o monitoramento de notícias falsas, combate a desinformação com informação correta sobre a questão abordada; ampliação do alcance de informações verdadeiras e de qualidade sobre o processo eleitoral; e capacitação da sociedade para que saiba identificar e denunciar conteúdos enganosos. (IS e MD)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Um longo caminho para a paz na Palestina

Após mais de um mês de negociações em sigilo, intermediadas por Catar e Estados Unidos, começou na sexta-feira a troca de reféns em poder do Hamas por prisioneiros palestinos em Israel. Foram libertadas 24 pessoas, sendo 13 mulheres e crianças israelenses, 10 cidadãos tailandeses e 1 filipino em Gaza. Israel libertou 39 palestinos da Cisjordânia que já estavam presos, antes mesmo de a guerra começar, e iniciou a tregua de quatro dias na guerra de Gaza.

O grupo sob poder do Hamas em Gaza, desde os ataques terroristas de 7 de outubro, foi entregue à Cruz Vermelha, que coordenou a operação de travessia da fronteira entre Gaza e o Egito, pela cidade de Rafah. Recebidos por médicos e especialistas em comunicação com reféns, foram levados de volta ao território de Israel por helicópteros do exército. Os tailandeses e o filipino receberam atendimento médico antes de voltarem para seus países.

Nos próximos dias, outros reféns devem ser libertados, na base de três prisioneiros palestinos, menores de idade e mulheres, para cada refém israelense, num total que deve chegar a 150 palestinos por 50 israelense. A suspensão recíproca dos ataques, como resultado de negociações que duraram mais de 30 dias, é uma demonstração de que uma paz duradoura é possível se houver vontade política em torno de objetivos exequíveis. A criação do Estado Palestino exigirá negociações mais complexas e demoradas, mas continua sendo a condição para a paz definitiva.

O acordo de Paris para o fim da guerra do Vietnã, negociado entre o Vietnã do Norte e os Estados Unidos, resultado de quatro anos de negociações, após a ofensiva do Tet (Ano Novo Lunar) de 1968. Iniciadas em janeiro de 1969 e concluídas somente em 27 de janeiro de 1973, somente foram exitosas porque havia um ambiente interno nos Estados Unidos contra a guerra, uma correlação de forças internacional favorável, mesmo em meio à guerra fria, e a vontade política do conselheiro de segurança nacional dos Estados Unidos Henry Kissinger e do líder comunista Le Duc Tho. Ambos receberam o prêmio Nobel da Paz, mas o segundo recusou. Alegou que a paz não havia sido alcançada completamente.

Kissinger e Duc Tho foram artefices de negociações muito complexas. O primeiro cessar fogo ocorreu em 1972, quando os Estados Unidos se retiraram do Vietnã, em troca de libertação de 566 prisioneiros americanos preso em Hanoi. A segunda parte do acordo, a permanência dos governos do Norte e do Sul até as eleições, fracassou, porque as tropas do Vietnã do Norte permaneceram no Sul.

Em retaliação, o presidente Richard Nixon determinou o bombardeio de Hanoi e da cidade portuária de Haiphong, nas quais foram lançadas 100 mil bombas, o equivalente a cinco bombas nucleares. Mas as negociações continuaram e a reunificação do Vietnã acabou ocorrendo, após a autodissolução do exército do Vietnã do Sul.

Vontade política

Ao contrário do que aconteceu no Acordo de Paz de Paris, não há interlocutores em Israel e no Hamas interessados na paz duradoura, com a criação do Estado palestino, em troca de pleno reconhecimento do Estado de Israel, respectivamente. O ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, já declarou que o cessar-fogo é uma "pausa breve" e os combatentes continuarão de "modo intensivo", no mínimo dois meses. O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu anunciou que as tropas do país continuarão em Gaza até "trazer de volta todos os reféns e liquidar o Hamas".

Netanyahu pretende manter o controle definitivo sobre a Faixa de Gaza após as Forças de Defesa de Israel (FDI) eliminarem o Hamas. A libertação de reféns não deveria incentivar a continuação da guerra. O cessar-fogo deu ao Hamas mais tempo para se reorganizar e fazer mais exigências nas negociações para libertar os 190 que ainda permanecem em seu poder, o que vai aumentar a pressão das famílias e dos Estados Unidos sobre Netanyahu.

Hahaha Sinwar, comandante do Hamas em Gaza, tenta ganhar tempo com o argumento de que precisa ainda localizar os demais reféns, que estariam distribuídos entre diversas facções. Sinwar retornou a Gaza em 2011, libertado na troca de mil prisioneiros pelo soldado israelense Gilad Shalid, depois de 23 anos preso. Seis anos depois, foi eleito para chefiar o território, cargo que ocupa indefinidamente.

Os jovens palestinos libertados na sexta-feira foram recebidos como heróis e não escondiam a gratidão ao Hamas. Os 14 mil palestinos civis mortos, dos quais 10 mil são mulheres e, principalmente, crianças, são tratados como mártires da independência da Palestina, muito mais do que vítimas de uma guerra insana, iniciada por uma ação terrorista do Hamas.

A guerra manterá Netanyahu no poder, até a população se cansar. Também manterá o prestígio político, as fontes de financiamento e a revolta social que retroalimenta o Hamas. Defendida pelos Estados Unidos e pela União Europeia, a solução de dois Estados é a única possível para o conflito, mas está muito longe de ser alcançada. Netanyahu não aceita a criação do Estado palestino, assim como o Hamas, apoiado pelo Irã, não reconhece o Estado de Israel.